

EDITAL Nº 09/2024 - CREDENCIAMENTO

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60.130-160, por meio da Comissão de Credenciamento constituída através da Portaria SPS nº 164 /2024, datada de 29 de abril de 2024, torna público o presente Edital com o objetivo de credenciar Organização(ões) da Sociedade Civil – OSC para execução de programa(s) ou projeto(s) parametrizado(s) pela SPS, através de Termo de Colaboração, no âmbito da Proteção Social do Estado do Ceará.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Além da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Constituição Estadual, da Lei Ordinária Estadual nº 15.175/2012 e do Processo nº 47001.006126/2024-27, o presente edital tem como fundamento:

- a) a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações;
- b) a Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações;
- c) o Decreto Estadual nº 32.810/2018 e suas alterações;
- d) a Lei Estadual nº 18.430/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024); e
- e) as demais legislações aplicáveis à política pública de que trata este instrumento convocatório.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital credenciar Organização(ões) da Sociedade Civil – OSC's para possíveis e futuras parcerias para cogestão e/ou execução de serviços nos equipamentos “Espaços Sociais”, do Estado do Ceará.

2.2. As OSCs credenciadas, desde que cumpridas as exigências da legislação e deste edital, estarão aptas a celebrar parceria junto ao Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Proteção Social, obedecidos os critérios de distribuição da demanda previstos neste edital.

3. DA JUSTIFICATIVA

As desigualdades sociais geradas pelos conflitos entre capital e trabalho decorrentes das transformações econômicas, políticas e sociais estão se agravando nos últimos anos influenciando a permanência e aprofundamento da pobreza, um fenômeno multidimensional, que não está circunscrito à ausência ou insuficiência de renda, mas que se relaciona também à falta ou precário acesso das populações às diferentes políticas públicas, como educação, saúde, habitação, dentre outros aspectos. Fazendo parte da realidade social do nosso País e do Estado, pode-se dizer que a pobreza é um dos fenômenos mais corrosivos para a sociedade, pela sua capacidade de formar ciclos que atingem e se perpetuam por gerações e que limitam as possibilidades e as oportunidades de milhões de famílias, tornando cada vez mais imperativa a conjugação de esforços para a redução dos problemas sociais.

Assim, um dos grandes desafios do Estado tem sido a proposição de ações que contribuam para a gestão da política de combate à pobreza e inclusão social no Ceará, propondo como eixos de atuação: o enfrentamento à pobreza rural; universalização do acesso à água potável; promoção do desenvolvimento infantil; qualificação e inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade social e ampliação e melhoria da qualidade dos serviços de saúde, educação, assistência social e infraestrutura domiciliar (condições de moradia).

A Secretaria da Proteção Social – SPS tem a responsabilidade de coordenar várias políticas públicas setoriais e de direitos. Nesse âmbito, destaca-se a Política de Assistência Social por seu caráter protetivo e sua

capilaridade que favorecem a articulação entre políticas e ações intersetoriais, direcionadas ao enfrentamento da vulnerabilidade e riscos sociais.

Para execução de suas atribuições o Estado precisa lançar mão de estratégias diversas, mudando paradigmas, compreendendo que tanto é preciso fortalecer a intersetorialidade no âmbito das instituições públicas, possibilitar a articulação entre elas e as organizações da sociedade, como fortalecer a rede de proteção social considerando o grau de complexidade dos problemas e de suas possíveis soluções e a convicção que o Estado jamais poderá enfrentar os problemas sociais sem a participação da sociedade organizada.

Dentre as estratégias, o Governo instituiu marcos legais criando o Programa Estadual para a Superação da Extrema Pobreza Infantil e o Programa Mais Infância Ceará que se configuram como políticas públicas intersetoriais destinadas à promoção do desenvolvimento infantil em sua integralidade e a superação da extrema pobreza no âmbito do Estado e Municípios.

A Secretaria da Proteção Social – SPS, está implantando os equipamentos denominados Espaço Social que se propõem a contribuir, em conjunto com outras Políticas Públicas, para a ampliação do acesso de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares a serviços socioassistenciais, aumentar as condições de empregabilidade dos adolescentes, jovens e adultos, propiciar a aquisição de potencialidades, criar espaços de convívio e diálogo intergeracional com troca de vivências e informações, incentivar o protagonismo e o convívio social saudável com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Os equipamentos a serem implantados constituem-se espaços de transformação intergeracional, destinados ao “cuidado integral e integrado das crianças e suas famílias” sendo um dos componentes do Programa Mais Infância Ceará. O referido Programa foi instituído como Política Pública de Estado através da Lei Nº 17.380, de 05/01/2021, que consolida e atualiza a legislação do Programa Mais Infância Ceará, para Superação da Extrema Pobreza e Promoção do Desenvolvimento Infantil.

Estas Unidades passarão a fazer parte da rede pública socioassistencial, tendo uma função preventiva, possibilitando a ampliação do acesso de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares a serviços socioassistenciais e outras atividades complementares que contribuem para o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e social de seus usuários, fortalecendo-os para o enfrentamento de situações de vulnerabilidades sociais.

Desse modo, o Estado vem apoiando a rede socioassistencial, adotando como instrumento de formalização de parcerias, os Termos de Colaboração, conforme estabelece a Lei 13.019/2014, Lei 13.204/2015 e Decreto Estadual nº 32.810/2018. A partir desses Termos de Colaboração, as OSC's que são reconhecidas por sua expertise, podem executar políticas públicas em complementação à atuação do Estado, com parâmetros definidos pela Administração Pública resultando numa gestão mais participativa, democrática e transparente.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO EDITAL

4.1. Poderão participar deste edital as Organizações da Sociedade Civil definidas na Lei Federal 13.019/2014, que atuem na área da assistência social e que atendam a todas as exigências contidas neste instrumento convocatório, incluindo seus anexos.

4.2. As OSCs participantes se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados para participação neste edital.

4.3. Não poderão participar deste credenciamento as entidades que se encontrarem em uma ou mais das seguintes situações:

- a) que estiverem cumprindo penalidades de suspensão ou que tenham sido declaradas inidôneas por quaisquer órgãos públicos federais, estaduais ou municipais;
- b) que estejam inscritas no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM).

5. DAS ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento ocorrerá após concluídas as etapas abaixo listadas, de acordo com o seguinte cronograma:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Divulgação do Edital	03/09/2024 a 03/10/2024
2	Recebimento das Propostas de Credenciamento	04/10/2024 a 18/10/2024
3	Análise das Propostas	21/10/2024 a 25/10/2024
4	Divulgação do Resultado Preliminar	28/10/2024
5	Interposição de Recursos	29/10/2024 a 04/11/2024
6	Divulgação da interposição de recursos	05/11/2024
7	Interposição de contrarrazões	06/11/2024 a 12/11/2024
8	Análise dos recursos e contrarrazões	13/11/2024 a 18/11/2024
9	Divulgação do resultado da análise dos recursos e contrarrazões	19/11/2024
10	Divulgação do Resultado Final	19/11/2024
11	Homologação e publicação do resultado definitivo	20/11/2024

6. DO PROCESSO PARA CREDENCIAMENTO

6.1. Para participar deste edital, as OSCs interessadas deverão apresentar os seguintes documentos:

- Ficha de inscrição, prevista no **ANEXO I**, devidamente preenchida e assinada pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil;
- Comprovante de que está cadastrada no e-parcerias, por meio de Certidão de Regularidade e Adimplência, emitida no sistema, através do endereço eletrônico <http://e-parcerias.cge.ce.gov.br>;
- Cópia do estatuto vigente, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019/2014;
- Cópia da ata de eleição e posse do quadro dirigente atual;
- Declaração de ausência de impedimentos de regularidade cadastral, conforme **ANEXO II**;
- Comprovação de que a OSC funciona no Estado do Ceará e declaração de comprovação de endereço, conforme **ANEXO III**;
- Comprovação de inscrição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Comprovante de Entrega de Documentação Anual, referente ao ano de 2023;
- Registro no COMDICA;

- i) Comprovante(s) de experiência prévia de acordo com os critérios de pontuação exigidos na matriz de avaliação constante do **ANEXO IV**;
- j) Proposta, em única via, impressa e encadernada, com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, sem rasuras e, ao final, assinada pelo representante legal da OSC proponente, para a execução do Projeto contendo:
- j.1) a descrição da realidade do objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
 - j.2) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferem o cumprimento das metas e prazos;
 - j.3) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
 - j.4) o valor global;
 - j.5) informações que atendam aos itens e seus respectivos critérios de julgamento estabelecidos na matriz de avaliação constante do **ANEXO IV**;
 - j.6) de forma separada e detalhada, através de memória de cálculos, as despesas diretas da execução do objeto e os custos indiretos.
- 6.1.1.** As propostas deverão ser apresentadas de acordo com o **ANEXO V - REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA E EXECUÇÃO** e a sua não apresentação terá caráter eliminatório.
- 6.1.2.** Os documentos exigidos no item 6.1 serão considerados e pontuados de acordo com a Matriz de Avaliação, constante do **ANEXO IV**.
- 6.1.3.** A falsidade de informações na proposta deverá acarretar a sua eliminação, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a OSC proponente e a comunicação do fato às autoridades competentes inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.
- 6.1.4.** As OSCs que não cumprirem com as exigências do edital não terão suas propostas analisadas e, consequentemente, não avançarão para as etapas seguintes.
- 6.1.5.** Serão eliminadas aquelas propostas:
- a) cujo somatório de pontos atribuído por pelo menos 1 (um) dos membros da Comissão de Seleção for inferior à metade do total de pontos a ser atingido;
 - b) que recebam nota “zero” em qualquer um dos critérios de julgamento dos itens (A), (B), (C), (D), ou (E) da Matriz de Avaliação;
 - c) que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; o detalhamento das despesas e o valor global proposto;
 - d) que estejam em desacordo com o Edital;
 - e) com valor incompatível com o objeto da parceria e/ou inviável econômica e financeiramente, com base em avaliação da Comissão à luz do orçamento disponível; ou
 - f) iguais ou redigidas parcialmente (em qualquer proporção) idênticas à proposta apresentada por outra OSC participante deste edital, sendo eliminadas todas as propostas assim caracterizadas, independentes da data de protocolo.
- 6.1.6.** As propostas não eliminadas serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Matriz de Avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por 3 (três) membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos itens.
- 6.1.7.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base nos seguintes critérios:
- a) maior pontuação obtida no item (A);

- 6.5.3.** A decisão final do recurso e contrarrazão, devidamente motivada, deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres anteriores, informações, decisões ou propostas, que, nesse caso, serão parte integrante do ato decisório, não cabendo novo recurso contra essa decisão.

6.5.6. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.1. A distribuição da demanda obedecerá a ordem de pontuação final atribuída a cada OSC credenciada, segundo os critérios definidos no item 6.3, iniciando por aquela que obteve maior pontuação ou foi mais bem classificada, em caso de empate, seguindo-se das classificadas imediatamente após, da seguinte forma:

- 7.2.** Havendo a inauguração de novos equipamentos ou a necessidade de firmar parcerias para execução de serviços de assistência social, consoante o objeto deste instrumento, a SPS observará a ordem de classificação deste edital.

7.3. Cada OSC credenciada poderá firmar, inicialmente, apenas uma parceria dentro do objeto deste edital. Outras parcerias poderão ser firmadas dentro da validade do credenciamento caso todas as OSCs credenciadas já tenham sido contempladas, obedecida a ordem de classificação.

7.5. Quando da celebração da parceria, o plano de trabalho apresentado pela OSC credenciada deverá observar os termos deste edital, atendendo os valores das metas e dos respectivos itens definidos no **ANEXO IV**, respeitadas as atualizações do projeto por parte da SPS, dos elementos que compõem o plano e as cotações de preço quando da etapa de celebração.

7.6. Na hipótese da OSC credenciada não atender aos requisitos para celebração da parceria, aquela imediatamente mais bem classificada será convocada para firmar a parceria.

8.1. O credenciamento de que trata este edital terá validade de 01 (um) ano a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial do Estado - DOE, podendo ser prorrogado por igual período mediante ato administrativo do(a) Secretário(a) Titular(a) ou de quem detenha competência para representá-lo(a).

9.1. O credenciamento objeto deste edital poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, quando:

- a) não mantidas as condições de credenciamento;
- b) comprovada irregularidade na documentação;
- c) houver irregularidade na execução da parceria decorrente deste edital e/ou quando não atendidas as exigências na prestação de contas final.

9.2. A Comissão de Credenciamento deverá divulgar o ato de descredenciamento no site oficial da SPS.

9.1. O presente edital e seus atos serão divulgados no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Proteção Social – SPS na internet: www.sps.ce.gov.br.

9.2. Este Edital de Credenciamento Público deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado – DOE na forma do art. 21 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

9.3. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital ou apresentar pedido de esclarecimento, decorrente de dúvidas na interpretação deste instrumento convocatório, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data limite para envio da documentação, de forma eletrônica ou protocolada na sede da SPS à Comissão de Credenciamento, cabendo a esta a resposta.

9.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no edital, devendo as respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serem juntados nos autos do processo de credenciamento e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

9.3.2. Eventual modificação no edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

9.4. As informações e todos os elementos sobre este credenciamento poderão ser obtidos junto à Comissão de Credenciamento.

9.5. À SPS reservar-se-á o direito de alterar o presente Edital, por conveniência e oportunidade da Administração Pública, sem que caiba às entidades o direito a qualquer indenização.

9.6. É facultado à SPS promover diligências destinadas a esclarecer o processo descrito neste certame, bem como solicitar a comprovação de qualquer informação apresentada pela entidade participante.

9.7. A documentação apresentada para fins de qualificação/habilitação fará parte dos autos do credenciamento e em hipótese nenhuma será devolvida à entidade.

9.8. A relação das entidades credenciadas será publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e no site da SPS;

9.9. O credenciamento de que trata este edital não estabelece obrigação de efetiva celebração de Termo de Colaboração;

9.10. O credenciamento poderá ser anulado ou revogado a qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo ou por conveniência da Administração Pública, por meio de decisão fundamentada.

9.11. A SPS poderá ainda alterar a qualquer tempo os prazos previstos neste edital.

9.12. Não será permitida a atuação em rede.

9.13. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante de credenciamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse.

9.13.1. A declaração de impedimento de membro da Comissão não obsta a continuidade do processo de seleção.

9.13.2. Configurado o impedimento, deverá ser designado, através de Portaria, membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

9.14. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento, observando a legislação aplicável.

9.15. Constituem anexos do presente Edital, dele sendo parte integrante:

a) ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO;

b) ANEXO II - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE REGULARIDADE CADASTRAL;

c) ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO;

d) ANEXO IV - MATRIZ DE AVALIAÇÃO

e) ANEXO V – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA E EXECUÇÃO.

Fortaleza-CE, na data da assinatura.

Sandro Camilo Carvalho
Secretário-Executivo de Planejamento e Gestão Interna
Secretaria da Proteção Social

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome da OSC:

CNPJ:

Área de Atuação:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

E-mail:

Nome do Representante Legal:

RG:

CPF:

Telefone: ()

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Nome do representante para o ato (se houver representação por outra pessoa que não o representante legal):

RG:

CPF:

Telefone: ()

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

A entidade tem atuação na área acima descrita no edital igual ou superior a 02 (dois) anos? ____

Declaro verdadeiras as informações prestadas no presente documento.

Local-UF, ____ de ____ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE REGULARIDADE CADASTRAL

O (A), inscrito (a) no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal, que não se enquadra nas vedações contidas nos incisos IV a VIII do §1º do art. 16, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, abaixo indicados:

Art. 16. A condição de regularidade cadastral da organização da sociedade civil será atribuída, mediante a verificação da compatibilidade das informações com os Documentos de Comprovação de Regularidade estabelecidos na Parte II do Anexo Único deste Decreto, pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, ou pelo órgão ou a entidade a quem ela delegue esta competência.

§1º Além do disposto no caput, a atribuição da regularidade cadastral da organização da sociedade civil está condicionada ao atendimento das seguintes exigências:

[...]

IV – não tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

V – não tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

- a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

VI – não tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- c) suspensão temporária, determinada por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com estes, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea c

VII – não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VIII – não tenha como dirigente ou responsável legal pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local-UF, ____ de _____ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO

DECLARO para os devidos fins que, a Organização da Sociedade Civil (OSC), inscrita no CNPJ nº _____, ativa(o) há _____ (____) anos de existência, denominada de _____, se encontra sediada à _____, nº _____, Complemento: _____, Bairro _____, na cidade de _____/_____, conforme comprovante em anexo, estando a veracidade das informações confirmadas no comprovante do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local-UF, ____ de _____ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IV - MATRIZ DE AVALIAÇÃO

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS

COMISSÃO INSTITUCIONAL DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS

OSC PROPONENTE:	
PROCESSO Nº:	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO:
LOTE:	

ANÁLISE DO ITEM 6 – DO PROCESSO PARA CREDENCIAMENTO		
MEMBRO DA COMISSÃO:	CPF Nº:	
QUESITO	CONCLUSÃO	
a) A OSC apresentou a ficha de inscrição devidamente preenchida pelo representante legal, prevista no ANEXO I? (item 6.1, “a”)	() SIM	() NÃO
b) A OSC está cadastrada no Sistema e-Parcerias? (item 6.1, “b”)?	() SIM	() NÃO
c) A OSC apresentou cópia do estatuto vigente, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019/2014? (item 6.1, “c”)	() SIM	() NÃO
d) A OSC apresentou a Ata de eleição e posse do quadro dirigente atual? (Item 6.1, “d”)	() SIM	() NÃO
e) A OSC apresentou “Declaração de ausência de impedimentos de regularidade cadastral”, conforme ANEXO II? (item 6.1, “e”)	() SIM	() NÃO
f) A OSC apresentou comprovação de que funciona no Estado do Ceará e declaração de comprovação de endereço, conforme ANEXO III? (item 6.1, “f”)	() SIM	() NÃO
g) A OSC apresentou comprovação de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Comprovante de Entrega de Documentação Anual, referente ao ano de 2023; (item 6.1, “g”)	() SIM	() NÃO
h) A OSC apresentou o documento COMDICA? (quando se aplicar) (item 6.1, “h”)	() SIM	() NÃO
i) A proposta está assinada pelo representante legal da OSC? (item 6.1, “j”)	() SIM	() NÃO
j) A OSC apresentou a proposta contendo o detalhamento das despesas através de memória de cálculo? (Item 6.1, “j.6”)	() SIM	() NÃO
DECLASSIFICADA SEM ANÁLISE DA PROPOSTA	() SIM	() NÃO
DATA DA ANÁLISE:		
ASSINATURA:		

MEMBRO DA COMISSÃO:				CPF N°:	
ITEM	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ITEM	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	
				DO CRITÉRIO	DO ITEM
(A) DA PROPOSTA: Informações sobre a adequação da proposta (ações a serem executadas, metas a serem atingidas, resultados a serem alcançados e o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações). OBS: A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.	A proposta apresenta os quesitos “o que?”, “quando?” e “onde?”, bem como as ações que serão desenvolvidas durante o período de execução.	1,50	6,50		
	A proposta apresenta o cronograma das ações a serem executadas em coerência com atendimento à demanda.	1,00			
	As metas a serem atingidas estão elencadas de forma clara, com indicadores físicos (unidade e quantidade), valor total e período de execução (inicial e final).	1,00			
	A proposta apresenta Resultados a serem alcançados	1,00			
	A proposta apresenta o detalhamento das despesas, inclusive os custos indiretos, através de memória de cálculo, com informações suficientes para a aferição dos	1,00			



	gastos, nos termos do item 6.1, “j.6”.				
	A proposta apresenta, de forma separada, as despesas diretas da execução do objeto e os custos indiretos.	0,50			
	A proposta apresenta valor global.	0,50			
(B) DA ADEQUAÇÃO À POLÍTICA PÚBLICA: Adequação da proposta aos objetivos, princípios e diretrizes da política pública de que trata o item 2 do Edital. OBS: A atribuição de nota “zero” neste item implica em eliminação da proposta.	A proposta apresenta objetivos, princípios e diretrizes adequados à política pública de que trata o item 2 do Edital.	1,50	1,50		
(C) DA CONTEXTUALIZAÇÃO: Descrição da realidade objeto da parceria e do nexa entre esta e atividade proposta OBS: A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.	A proposta está contextualizada com dados de pesquisas recentes.	1,00	2,00		
	A proposta apresenta embasamento teórico com as devidas referências.	1,00			
(D) DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL: Comprovar, por meio de portfólio, experiência na execução de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, destacando a capacidade de atendimento e a capilaridade da organização. OBS: A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.	Comprovar parcerias e experiência firmadas em cumprimento ao item 6.1 “i” para execução do mesmo objeto ou de natureza semelhante, sendo aceitos instrumentos celebrados nos últimos 5 (cinco) anos. (Cada instrumento será equivalente a 0,25 ponto)	1,50	2,00		



	Comprovar atividades da instituição através de matérias em sítios eletrônicos, jornais, revistas, cartazes, publicações e/ou certificados de participações em eventos, dentre outros. (Cada comprovação será equivalente a 0,25 ponto)	0,50			
(E) ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA: Atender aos critérios estabelecidos no item 6.1, “j”. OBS: A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.	A proposta atendeu integralmente o item 6.4.2.3.	0,50	0,50		
(F) MONITORAMENTO DA OSC: No caso da OSC já ter firmado Termo de Colaboração e/ou Fomento com a SPS nos últimos 5 (cinco) anos, será feita a análise do instrumento.	Se houve rescisão do instrumento por razão não consensual.	Pontuação negativa de 10% (dez por cento) da totalidade dos pontos.			
PONTUAÇÃO POSITIVA TOTAL ATRIBUÍDA À PROPOSTA					
PONTUAÇÃO NEGATIVA TOTAL ATRIBUÍDA À PROPOSTA					
PONTUAÇÃO FINAL DA PROPOSTA					12,50
ANÁLISE/PARECER:					
DILIGÊNCIA PARECER:					
DATA DA ANÁLISE:					
ASSINATURA:					

ANEXO V - REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA E EXECUÇÃO

1 DA PROPOSTA

1.1. A justificativa da proposta deverá fundamentar a necessidade do projeto, diagnosticando a realidade socioeconômica e cultural dos usuários e do território, apresentando dados e indicadores sociais atualizados, incluindo análise das vulnerabilidades sociais, a partir de dados e informações de fonte oficial;

1.2. O projeto deverá propor a execução de ações complementares aos serviços da Política da Assistência Social, destinadas ao cuidado e desenvolvimento integral das crianças, adolescentes, jovens e seus familiares mediante a oferta de atividades esportivas, culturais e de lazer, inclusão produtiva e garantia de direitos;

1.3 A proposta deverá ainda:

- a) possibilitar a complementaridade de ações entre a família, o Estado e a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo e social de crianças e adolescentes; a convivência intergeracional, formação para a participação e cidadania; desenvolvimento do protagonismo, autonomia e autoestima, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a inclusão produtiva.
- b) favorecer o acesso as atividades diversificadas nas áreas de cidadania, arte, cultura, esporte, inclusão produtiva, garantia de direitos, horticultura, jardinagem, nutrição e outras, que venham a complementar os serviços da Política da Assistência Social, com horário alternado ao da escola (crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino regular) e funcionando por 40 horas semanais, em horário e dias da semana a ser definido conforme demanda da comunidade e capacidade instalada, regulamentada por portaria específica.
- c) assegurar espaço de encontro para os diversos ciclos de vida, de modo a promover a convivência intergeracional, fortalecendo os vínculos relacionais, familiares e comunitários;
- d) contemplar ações/atividades para os usuários em situação de vulnerabilidades e riscos sociais;
- e) contemplar atendimento que inclua: a diversidade sexual – LGBTQIA+, étnico-racial, pessoas com deficiência e egressos de medidas socioeducativas;
- f) Promover o acesso dos usuários a serviços setoriais, em especial das políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer (ofertados em serviços públicos governamentais, rede socioassistencial, entidades comunitárias, etc);
- g) apresentar a sistemática de monitoramento e avaliação, com indicadores de produtos e de resultados, meios de verificação, para atingir os objetivos e as metas;
- h) Conter, obrigatoriamente, no mínimo, as informações apresentadas no item 6.4.5 do Edital de Credenciamento;

1.4 A OSC deverá seguir, obrigatoriamente, o modelo do Plano de Trabalho e demais anexos, indicados no Edital de Credenciamento.

2 DA ESPECIFICAÇÃO DAS AÇÕES

Atendimento a crianças a partir de 4 anos, adolescentes, jovens e seus familiares através de ações ofertadas na Unidade, com foco no desenvolvimento humano, no protagonismo, na aquisição de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e potencialidades e na relação com a família e comunidade, por meio de atividades diversificadas nas áreas de cidadania, arte, cultura, esporte, horticultura, jardinagem, nutrição, inclusão produtiva e garantia de direitos, propiciando momentos de aprendizagem, reflexão, diálogo, interação, socialização, lazer e intervenções preventivas e complementares aos serviços da Política da Assistência Social;

2.1 Propor um modelo de gestão estratégica e operacional para os espaços sociais que inclua a construção de um planejamento estratégico, tático e operacional, a definição de práticas de gestão, os principais processos de trabalho e um modelo de governança;

2.2 Organizar os espaços físicos dos equipamentos sociais objeto desse edital provendo-os de materiais e equipamentos, conforme indicações do item 6;

2.3 Os itens acima descritos deverão ser meios efetivos para o alcance dos objetivos, metas e atividades a serem realizadas nesses espaços sociais.

2.4 A proposta da OSC deverá apresentar também o cronograma de execução com o quadro de atividades, os horários de execução das modalidades, sua periodicidade, a duração e a quantidade de beneficiários por turma.

3 DO PÚBLICO ALVO

Crianças a partir de 4 anos, adolescentes, jovens e seus familiares em situação de vulnerabilidade social.

4 DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

12 (doze) meses a partir da celebração.

5 DA EQUIPE TÉCNICA

5.1 Para execução das ações a serem realizadas, deverá ser contratada equipe com os seguintes profissionais:

CARGO / FUNÇÃO	TURNO	QTDE.	QUALIFICAÇÃO
Coordenador Administrativo Pedagógico	Diurno	1	Profissional de nível superior completo, com experiência em gestão, em desenvolvimento de ações comunitárias e acompanhamento técnico e pedagógico das atividades.
Supervisor de administração e arquivo técnico	Diurno	2	Profissional de nível superior completo, com experiência na área social
Auxiliar Administrativo	Diurno	1	Profissional de nível médio com experiência na área administrativa.
Auxiliar de Serviços Gerais	Diurno	1	Profissional de nível fundamental completo.
Auxiliar de Cozinha	Diurno	1	Profissional de nível fundamental completo.
Porteiro	Diurno	2	Profissional de nível fundamental completo.
Porteiro	Noturno	2	Profissional de nível fundamental completo.
Socioeducador (arte, cultura e esporte) 20h/s	Diurno	5	Profissional de nível médio completo, com experiência no desenvolvimento de ações comunitárias.

6 PARÂMETROS PARA A PROPOSTA

6.1 DA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

6.1.1 Sala da coordenação técnica e administrativa

6.1.2 Recepção

6.1.3 Sala de música

6.1.4 Sala de informática e robótica

6.1.5 Cozinha

6.1.6 Depósito para guarda de material

6.1.7 Espaço multiuso

6.1.8 Lavanderia

6.1.9 Sala de dança e balé

6.1.10 Espaço de capoeira e artes marciais

7 DAS DESPESAS

7.1 Valor de referência R\$ 1.239.231,94 (hum milhão, duzentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos), por unidade de Espaço Social.

7.2 Quanto aos custos diretos e indiretos, a proposta deverá observar, obrigatoriamente, os custos a seguir elencados:

PARAMETRIZAÇÃO - ESPAÇOS SOCIAIS							
1. VANTAGENS E VENCIMENTOS							
1.1. FOLHA DE PAGAMENTO							
1.1.1. Cargo/Função	Turno	Qtde.	Vlr. Unitário por cargo/função			Mês	Ano
			Sal. Base	ADC.NOT./DIÁRIAS SUP. 50%	Vr. Função		
Coordenador Administrativo Pedagógico	Diurno	1	4.000,00	-	4.000,00	4.000,00	48.000,00
Supervisor de administração e arquivo técnico	Diurno	2	3.254,00	-	3.254,00	6.508,00	78.096,00
Auxiliar Administrativo	Diurno	1	1.996,00	-	1.996,00	1.996,00	23.952,00
Auxiliar de Serviços Gerais	Diurno	1	1.412,00	-	1.412,00	1.412,00	16.944,00
Auxiliar de Cozinha	Diurno	1	1.412,00	-	1.412,00	1.412,00	16.944,00
Porteiro	Diurno	2	1.412,00	-	1.412,00	2.824,00	33.888,00
Porteiro Noturno	Noturno	2	1.412,00	242,40	1.654,40	3.308,80	39.705,60
Socioeducador (arte, cultura e esporte) 20h/s	Diurno	5	1.230,00	-	1.230,00	6.150,00	73.800,00
1.1. SUBTOTAL		15				R\$ 27.610,80	R\$ 331.329,60
1.2. Encargos Sociais							
A - INSS (26,8%) S/ Vr Folha						7.399,69	88.796,33
B - FGTS (8,0% S/ Vr Folha)						2.208,86	26.506,37
C - PIS (1% s/ Vr. Folha + 1%sl/2 de 13º+1%sl/3Férias)						306,79	3.681,44
D - 13º Salário (Vr. Folha /12)						2.300,90	27.610,80

E - Férias 1/3 (33,33% s/folha /12)		766,97	9.203,60
F - INSS (1/12 13o e 1/3 Férias /26,8%)		822,19	9.866,26
G - FGTS S/ 1/3 de Férias (8,0% E)		61,36	736,29
H - FGTS S/13o. Salário (8,0% D)		184,07	2.208,86
I - VT (Vr VT x NVT x NP)-6% Desc Emp(p/mês)		1.384,44	16.613,28
J - VR (Vr (16,00) x (22) p/mês x nº Funcionários		5.280,00	63.360,00
1.2. SUBTOTAL		R\$ 20.715,27	R\$ 248.583,23
1.3 PREVISÃO DE RESCISÃO			PROJETO
1.3.1. Férias vencidas	1/12.	2.300,90	27.610,80
1.3.2. Multa rescisória	1/12.	981,72	11.780,61
1.3.4. Atestado médico ADM (15) colaboradores) valor: R\$ 30,00			450,00
1.3.5. Atestado médico DEM (15) colaboradores) valor: R\$ 30,00			450,00
1.3. SUBTOTAL			R\$ 40.291,41
TOTAL VANTAGENS E VENCIMENTOS			R\$ 620.204,24
2- DESPESAS			PROJETO
2.1 Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica			R\$ 100.320,00
2.1.1 Serviços de monitoramento eletrônico			12.000,00
2.1.2 Serviços gráficos e reprográficos			6.000,00
2.1.3 Fornecimento de alimentação para eventos			82.320,00
2.2. Material de Consumo			R\$ 210.549,67
2.2.1 Uniforme em geral			9.080,00
2.2.1 Material de expediente			5.199,60
2.2.2 Material para limpeza, conservação e higiene			35.597,25
2.2.3 Primeiros socorros			2.742,03
2.2.4 Utensílios de cozinha			3.992,39
2.2.5 Materalial para oficina de ballet			33.422,40

2.2.6 Material para oficina de capoeira		10.080,00
2.2.7 Material para oficina de dança funcional		5.520,00
2.2.8 Material para oficina de flauta		11.280,00
2.2.9 Material para oficina de karatê e muay thai		77.952,00
2.2.10 Material para oficina de música		13.284,00
2.2.11 Material para oficina de violão		2.400,00
2.3 Equipamento e Material Permanente		R\$ 196.158,03
2.3.1 Equipamentos e mobiliários		89.869,29
2.3.2 Equipamentos de música / instrumentos musicais		106.288,74
TOTAL DAS DESPESAS		R\$ 507.027,70
TOTAL VANTAGENS E VENCIMENTOS + DESPESAS		R\$ 1.127.231,94
3. Despesas indiretas		PROJETO
3.1. Vantagens e Vencimentos		R\$ 58.500,00
3.1.1 Vantagens e Vencimentos		58.500,00
3.2. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica		R\$ 30.500,00
3.2.1 Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica		30.500,00
3.3. Material de Consumo		R\$ 23.000,00
3.3.1 Material de Consumo		23.000,00
TOTAL DAS DESPESAS INDIRETAS		R\$ 112.000,00
VALOR TOTAL DO PROJETO		PROJETO
		R\$ 1.239.231,94

MEMÓRIA DE CÁLCULO (PESSOAL)

						TOTAIS	
						Mês	Projeto
1. VANTAGENS E VENCIMENTOS							
1.1. FOLHA DE PAGAMENTO							
1.1.1. Cargo/Função	TURNO	QDE	Vr. Unit. p/ S/BASE	Cargo/Função ADC.NOT.	Vr. Função	Mês	7 meses
1.1. SUBTOTAL							
1.2. ENCARGOS SOCIAIS							
A - INSS (26,8%) S/ Vr Folha							
B - FGTS (8,0% S/ Vr Folha)							
C - PIS (1% s/ Vr Folha) e S/ 1/12 de 13 e 1/3 Férias							
D - 13º Salário 01/12 (folha/12)							
E - Férias 1/3 (33,33% s/folha /12)							
F - INSS (1/12 13º e 1/3 Férias /26,8%)							
G - FGTS S/ 1/3 de Férias (8,0% E)							
H - FGTS S/13º Salário (8,0% D)							
I - VT (Vr VT x NVT x NP)-6% Desc Emp(p/mês)						-	-
J - VR (Vr (11,02) x (22) p/mês x nº Funcionários						-	-
1.2. SUBTOTAL							
1.3. PREVISÃO RESCISÃO						Mês	Projeto
1.3.1. Férias vencidas	1/12						
1.3.2. Multa rescisória	1/12						
1.3.4. Atestado médico ADM							
1.3.5. Atestado médico DEM							
1.3. SUBTOTAL							
2. DESPESAS						Mês	Projeto
						-	-
2.1. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica							
2.2. Serviço de Terceiros Pessoa Física						-	-
2.3. Material de Consumo							
SUBTOTAL							
3. DESPESAS INDIRETAS							
3.1. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica							
3.2. Material de Consumo							
SUBTOTAL							
VALOR TOTAL DO PROJETO						Mês	Projeto